



---

*Centro Social Paroquial Nossa Srª da Luz*

*Anexo*

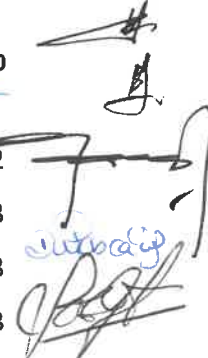
*31 de dezembro de 2020*

---

**Índice**

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	5
2.1	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	5
2.2	Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.....	5
2.3	Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6	Ativos Intangíveis .....	14
8	Inventários .....	15
9	Rédito .....	15
10	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	16
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	16
12	Imposto sobre o Rendimento .....	17
13	Benefícios dos empregados .....	17
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
15	Outras Informações.....	19
15.1	Investimentos Financeiros .....	19
15.2	Clientes e Utentes .....	19
15.3	Outros Ativos Correntes.....	20
15.4	Diferimentos.....	20
15.5	Caixa e Depósitos Bancários.....	20
15.6	Fundos Patrimoniais.....	21
15.7	Fornecedores.....	21
15.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	21
15.9	Outros Passivos Correntes .....	22
15.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	22

15.11 Fornecimentos e serviços externos.....	22
15.12 Outros rendimentos.....	23
15.13 Outros gastos .....	23
15.14 Resultados Financeiros.....	23
15.15 Processos judiais em curso.....	24
15.16 Impacto da pandemia COVID 19 .....	24
15.17 Acontecimentos após data de Balanço .....	25



Handwritten signatures and a stamp are present in the top right corner of the page. The stamp is a rectangular box with a grid pattern, and the word "Outros" is written in blue ink across it. There are several handwritten signatures in black ink, some overlapping the stamp and others above it.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Autarquia', with a stamp or official mark above it.

## 1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz, sediada na Rua da Parada Militar n.º 12, 2560-052 A-dos-Cunhados, é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), integrada no tipo de Organizações ou Instituições da Igreja Católica na Direção Geral da Segurança Social desde 08/05/1985, no Livro 02 das Fundações de Solidariedade Social Sob o n.º 44/85 nas folhas 199 e 200.

Adota a forma de Centro Social Paroquial, sem prejuízo do Espírito e disciplina Religiosa que o Informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS, dos estatutos próprios e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da concordata de 2004.

A instituição visa essencialmente prosseguir atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento (a que corresponde a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) n.º 87301), tendo encetado no período de 2015 uma atividade comercial que culmina com a venda de material de incontinência, bem como uma vasta variedade de material de enfermagem (CAE secundário n.º 86906), alargando assim o leque de clientes/utentes à comunidade em geral.

- Resumidamente a atividade assenta nos seguintes fins:
  - Apoio às famílias e às pessoas idosas, através do seu Centro Interdisciplinar de Promoção da Autonomia, constituído pelas respostas sociais de: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, bem como o projeto "Luz & Conforto", onde são prestados os cuidados de conforto ao domicílio a utentes em fase terminal de vida;
  - Apoio à família e às pessoas através da sua integração no mercado de trabalho;
  - Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
  - Apoio à integração social e comunitária;
  - Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, de capacidade para o trabalho ou isolamento;
  - Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
  - Obtida licença do Ordinário do lugar, a promoção de outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

### **2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

### **2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade**

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

### **2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

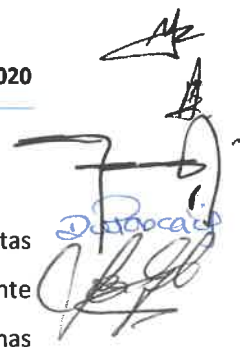
As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2020.

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Handwritten signature and stamp in blue ink, possibly reading 'D. P. P. P.' or similar, located in the top right corner of the page.

### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

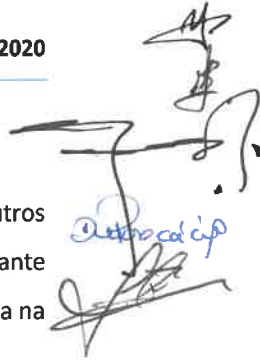
Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.



Handwritten signature and stamp in blue ink, possibly reading 'Attestado' or similar, located in the top right corner of the page.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A demonstração de Fluxos de Caixa é feita atendendo ao método Direto, à semelhança do ano anterior. Através deste método cada uma das transações de entrada ou de saída de dinheiro é imediatamente classificada de acordo com a sua natureza.

A principal fonte de financiamento da instituição em 2020 é a atividade Operacional, permitindo obter uma variação positivo na tesouraria.

#### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

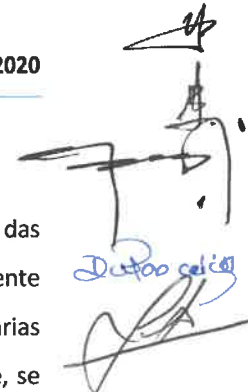
As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.





Handwritten signature and stamp in blue ink, possibly reading 'Doutor Carlos'.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta numa base duodecimal em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens em regime.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5 - 51
Equipamento básico	5 - 10
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros Activos fixos tangíveis	1 - 10

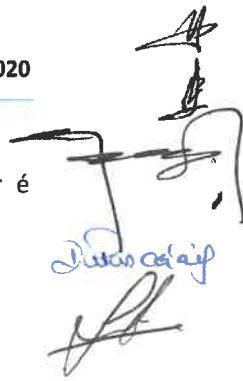
A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constante do Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de Outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desconhecido dos investimentos financeiros, aquando do seu reembolso.



### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

A entidade detém três grupos de inventários:

- Mercadorias - destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, mas estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa;
- Géneros alimentares - destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa;
- Materiais diversos - destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa;

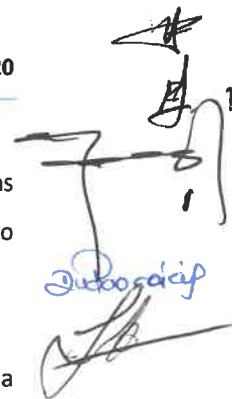
### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Cientes e outras contas a Receber

Handwritten signature in black ink, with a blue circular stamp containing the word "Autogratia" and another signature in black ink below it.

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Handwritten signature in blue ink, with a blue stamp that reads "Subsídios" and a red stamp that reads "Luz".

### 3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	112 801,00					112 801,00
Edifícios e outras construções	1 895 507,31	9.755,23				1 905 262,54
Equipamento básico	441 046,07	23.192,45				464 238,52
Equipamento de transporte	147 884,77					147 884,77
Equipamento administrativo	175 188,94	12.906,06				188 095,00
Outros Ativos fixos tangíveis	68 744,09					68 744,09
<b>Total</b>	<b>2 841 172,18</b>	<b>45.853,74,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 887 025,92</b>

Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	528.750,79	46.376,21				575.127,00
Equipamento básico	345.703,92	24.814,13				370.518,05
Equipamento de transporte	120.600,24	10.939,72				131.539,96
Equipamento administrativo	169.843,18	2.613,59				172.456,77
Outros Ativos fixos tangíveis	60.695,18	1.563,39				62.258,57
<b>Total</b>	<b>1 225 593,31</b>	<b>86.307,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 311 900,35</b>

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferên- cias	Revaloriza- ções	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	112 801,00					112 801,00
Edifícios e outras construções	1 905 262,54					1 905 262,54
Equipamento básico	464 238,52	7.952,80				472 191,32
Equipamento de transporte	147 884,77	35.318,68				183 203,45
Equipamento administrativo	188 095,00	2.222,61				190 317,61
Outros Ativos fixos tangíveis	68 744,09					68 744,09
Ativos em curso	0,00	16 362,20				16 362,20
<b>Total</b>	<b>2 887 025,92</b>	<b>61 856,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 948 882,21</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	575.127,00	47 101,62				622 228,62 €
Equipamento básico	370.518,05	26 317,35				396 835,40 €
Equipamento de transporte	131.539,96	15 143,79				146 683,75 €
Equipamento administrativo	172.456,77	4 497,89				176.954,66
Outros Ativos fixos tangíveis	62.258,57	1 545,07				63.803,64
<b>Total</b>	<b>1 311 900,35</b>	<b>94.605,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 406 506,07</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Intangíveis” do domínio público:

Descrição
Concessão de Sepultura Perpétua – Talhão 17 coval 9 no cemitério de A-dos-Cunhados, no valor de 900,00€

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:





*Distância*

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	20 724,05	3.184,24				23 908,29
<b>Total</b>	<b>20 724,05</b>	<b>3.184,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23 908,29</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Programas de Computador	20 498,99	660,17				21 159,76
<b>Total</b>	<b>20 498,99</b>	<b>660,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21 159,76</b>

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	23 908,29					23 908,29
<b>Total</b>	<b>23 908,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23 908,29</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Programas de Computador	21 159,76	1 134,78				22 294,54
<b>Total</b>	<b>21 159,76</b>	<b>1 134,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22 294,54</b>

## 8 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regulariz	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	7 787,18	34 267,08	-3.863,64	5 160,90	36.932,06	-4.615,92	7 262,22
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 678,24	140 456,19	-45.787,63	4 470,29	191.058,20	-15.681,24	32 570,98
<b>Total</b>	<b>16 465,42</b>	<b>174 723,27</b>	<b>-49.651,30</b>	<b>9 631,19</b>	<b>22.7990,26</b>	<b>-20.297,16</b>	<b>39 833,20</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				131 701,09			177 491,09

## 9 Rébito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2020	2019
Vendas	40 234,73	38 517,25
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	755.969,48	815 080,58
Serviços Secundários	2 941,03	3 903,49
Juros	245,65	679,78
<b>Total</b>	<b>799 390,89</b>	<b>858 181,10</b>

## 10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Ativos e Passivos contingentes

A Entidade não tem quaisquer ativos e passivos contingentes que devam ser divulgados.

## 11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são reconhecidos nos Capitais Próprios. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que compensem, nomeadamente as depreciações.

A imputação dos subsídios ao investimento teve o seguinte impacto nos fundos patrimoniais:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDAC	45 031,57	0,00	2.144,41	42 887,16
Edifício Lar	6 983,14	0,00	349,16	6 633,98
Programa solar térmico	13 417,69	0,00	2 675,71	10 741,98
MASES	344 157,82	0,00	7 926,54	336 231,28
<b>Total</b>	<b>409 590,22</b>	<b>0,00</b>	<b>13 095,54</b>	<b>396 494,40</b>

Os Subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Durante o ano 2020 a instituição recebeu diversos subsídios.

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) através de diversos programas, designadamente: Contrato Emprego de Inserção, Contrato de Emprego de Inserção +; Mercado Aberto relacionado com o programa de Emprego e apoio à qualificação de Pessoas com Deficiência; Converte + e Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de saúde. Dos subsídios à exploração do IEFP destaco a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência Equipamento Social e de Saúde (MAREESS), pois foi a medida que mais impacto teve nas contas de 2020, e também no quadro de pessoal.

A instituição conta também com as comparticipações do Instituto da Segurança Social, para as valências E.R.P.I., Centro de Dia, Apoio domiciliário.

Consta ainda na rubrica de subsídios à Exploração a parte correspondente ao período de 2020 relativa ao "Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas" (POAPMC).

Sintetizando constam dos rendimentos da Instituição os seguintes subsídios:

Descrição	2020	2019
<b>Subsídios ao Investimento:</b>		
PIDAC	2.144,41	2.144,41
Edifício Lar	349,16	349,16
Programa solar térmico	2 675,71	2 675,71
MASES	7 926,54	7 926,54
<b>TOTAL</b>	<b>13 095,82</b>	<b>13 095,82</b>



Subsídio à Exploração:	2020	2019	Variação
<b>I.S.S., IP</b>			
E.R.P.I.	351 674,40	333 118,80	
Centro de Dia	68 839,46	42 159,62	
Serviço de Apoio Domiciliário	102 474,60	97 067,38	
Vagas Protocoladas – E.R.P.I.	18 561,72	20 803,20	
Complemento por Dependência	5 774,22	11 595,34	
Medida Excecional e Temporária de Apoio à Família	5 351,54		
POAPMC	3 094,20	3 355,25	
<b>Total</b>	<b>555 770,14</b>	<b>508.099,59</b>	<b>9,1%</b>
<b>I.E.F.P.</b>			
CEI	3 658,76	2 030,63	
CEI +	10 964,98	28 385,59	
Mercado Aberto	15 802,79	8 971,93	
Converte +	4 436,69		
MAREESS	36 045,08		
<b>Total</b>	<b>70 908,30</b>	<b>39 388,15</b>	<b>80%</b>
<b>Outros Subsídios à Exploração</b>			
CASES		103,95	
Autarquia - CMTV	10 000,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>636 678,44</b>	<b>547 591,69</b>	<b>16,27%</b>

Dos Subsídios da I.S.S., IP. reconhecidos, 10.485,05€ não foram recebidos os quais se referem a 452,88€ ao complemento de 2º grau, 6.032,24€ às Vagas Protocoladas e 3.999,93€ referente domiciliação de serviço de centro dia.

## 12 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 2.352,94€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2020	2019
IRC Liquidado	2 352,94	2 197,38
Tributação Autónoma		
<b>Total</b>	<b>2 352,94</b>	<b>2 197,38</b>

## 13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2019, foram 5.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

- Horácio Félix – Presidente da Instituição, encetou um contrato de trabalho em regime de comissão de serviço a 23 de Março de 2016, sendo a sua remuneração o montante mensal de 2 IAS (877,62€);
- Miguel Leite – Vice-Presidente da Instituição, encetou um contrato de trabalho em regime de comissão de serviço a 1 de Fevereiro de 2020, sendo a sua remuneração 1.000,00€;
- José Augusto – Secretario da Direção Vigente, e encarregado de Serviços Gerais desde 1992, assim que se tornou pensionista por velhice passou a auferir 2 IAS (877,62);

- João Alves – Vogal e responsável pelas encomendas e armazenamento do material de Incontinência/Clinico e de Enfermagem, é compensado mediante senhas de presença. Em média 247,5€ por mês.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de “79” e em 31/12/2019 foi de “87”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	22 243,01 €	10 458,24 €
Remunerações ao pessoal	672 046,12 €	709 275,75 €
Remunerações - Bolsas IEFP	56 507,09 €	35 617,63 €
Encargos sobre as Remunerações	151 963,12 €	158 751,29 €
Seguros de Acidentes no Trabalho	24 715,71 €	23 451,24 €
Formação Profissional	8 501,88 €	1 944,00 €
Outros Gastos com o Pessoal	57 686,00 €	71 371,04 €
<b>Total</b>	<b>993 662,93 €</b>	<b>1 010 869,19 €</b>

Estando dividido entre género da seguinte forma:

Homens	Mulheres
8	71

Salienta-se um fator importante, no que se refere aos gastos com bolsas IEFP, pois no ano 2020 a instituição teve uma média de 10 pessoas as quais teve um grande impacto na diminuição dos gastos com o pessoal.

Dos 56.507,09€ de Gastos com Bolsa IEFP e os seguros de acidente Pessoais no valor de 2.014,29€ dando um total de 58.521,38€, obtivemos um proveito de 50.668,82€; dando um custo suportado no valor de 7.852,56€, ou seja, cada pessoa teve um custo médio mensal de 65,43€.

#### **14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Outros investimentos financeiros – Fundo Compensações (FCT)	7 186,57	5 357,88
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7 186,57</b>	<b>5 357,88</b>

### 15.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	6 941,13	3 066,57
Utentes	44 944,55	39 469,72
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	4 328,75	3 594,73
Utentes	65 787,21	63 231,56
<b>Subtotal</b>	<b>122 001,64</b>	<b>109 362,58</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>(53 189,65)</b>	<b>(47 527,26)</b>
<b>Total</b>	<b>68 811,99</b>	<b>61 835,32</b>

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2020	2019
Clientes/Utentes	6 849,48	0,00
<b>Total</b>	<b>6 849,48</b>	<b>0,00</b>

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Reversões Perdas de Imparidade”:

Descrição	2020	2019
Utentes	1 187,09	1 357,15
<b>Total</b>	<b>1 187,09</b>	<b>1 357,15</b>



### 15.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	250,20
Adiantamentos a Fornecedores	523,42	210,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	14 064,94	25 827,10
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	42 435,85	59 095,00
<b>Total</b>	<b>57 024,21</b>	<b>85 382,57</b>

### 15.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros a Liquidar	10 128,47	10 698,64
Aluguer Mensal Leitor Biométrico	0,00	147,60
Contrato cópias Develop INEO-220	44,79	53,42
Saúde e Segurança no trabalho	1 792,96	1 723,50
Manutenção equipamentos	0,00	61,99
Aluguer Equip. Liqui.DO	143,57	183,32
Actualiz. Software	294,75	0,00
Serviços Especializados	442,80	0,00
<b>Total</b>	<b>12 847,34</b>	<b>12 864,47</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Subsídios à Exploração (1)	28 200,00	10 030,08
Projetos IEFP		7 741,73
<b>Total</b>	<b>28 200,00</b>	<b>18 294,77</b>

(1) Projeto BPI "Solidário em rede" – aprovado em 2020 mas que será executado em 2021.

### 15.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	251,48	709,28
Depósitos à ordem	265 458,11	88 703,49
Depósitos a prazo	244 000,00	394 000,00
<b>Total</b>	<b>509 709,59</b>	<b>483 412,77</b>

## 15.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	163 292,93	0,00	0,00	163 292,93
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	187 714,52	0,00	0,00	187 714,52
Resultados transitados	1 191 567,70	32 510,00	42 300,27	1 181 777,63
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	476 731,64	7 822,00	49 679,25	434 874,39
<b>Total</b>	<b>2 019 306,79</b>	<b>40 332,00</b>	<b>91 979,52</b>	<b>1 967 659,47</b>

A variação dos fundos patrimoniais resulta das seguintes operações:

- Tratamento dos resultados do período anterior, tendo sido feita a sua reclassificação em Resultados Transitados;
- Imputação dos Subsídios ao Investimento como rendimento do período na proporção da respetiva depreciação dos ativos subjacentes;

## 15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	13 581,40	34 883,07
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedoras faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13 581,40</b>	<b>34 883,07</b>

## 15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 014,93	4 840,42
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 014,93</b>	<b>4 840,42</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	2 352,94	2 197,38
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	482,21	1 323,13
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 711,38	4 272,75
Segurança Social	16 323,20	18 962,90
Outros Impostos e Taxas	389,99	284,82
<b>Total</b>	<b>23 259,78</b>	<b>27 040,98</b>

### 15.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Pessoal</b>		
Remunerações a pagar	0,00	36,91
<b>Adiantamento de Clientes e Utentes</b>	50,00	259,15
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	0,00	4 859,62
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	131 729,93	141 195,53
<b>Outros credores</b>		
<b>Utente cofre</b>	39 669,59	35 118,83
<b>Fornecedores /Despesas de saúde</b>	809,48	3 393,67
<b>Utentes – Reembolso Desp. Saude</b>	53,52	13,67
<b>Total</b>	<b>172 312,52</b>	<b>184 877,38</b>

Os credores por acréscimo de gastos referem-se essencialmente à responsabilidade com férias e subsídio de férias a pagar em 2021.

### 15.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	636 678,44	547 591,69
Subsídios de outras entidades - BPI	10 030,08	739,92
<b>Donativos</b>		
Monetário	38 929,16	14 210,50
Espécie	33 864,05	13 566,85
Consignação IRS	1 870,90	1 713,68
<b>Total Donativos</b>	<b>74 664,11</b>	<b>29 491,03</b>
<b>Total</b>	<b>721 372,63</b>	<b>577 822,64</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 15.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	95 786,25	75 429,20
Materiais	29 205,27	45 443,25
Energia e fluidos	77 749,65	83 304,60
Deslocações, estadas e transportes	2 192,32	1 671,43
Serviços diversos	24 576,77	60 014,19
<b>Total</b>	<b>229 510,26</b>	<b>265 862,67</b>



### 15.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Rendimentos Suplementares</b>		
Subsídio Funeral	1 367,41	1 917,31
Outros – Despesas saúde com utentes	418,60	1 216,75
Produção de energia	2 758,72	3 035,82
<b>Descontos de pronto pagamento obtidos</b>	1 469,82	1 072,08
<b>Ganhos em inventários</b>	0,00	1 183,38
<b>Rendimentos nos restantes ativos financeiros</b>	0,00	41,82
<b>Rendimentos em investimen. não financeiros-sinistros</b>	988,92	0,00
<b>Outros rendimentos</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	380,26	404,76
Imputação de subsídios para investimentos	17 151,20	13 315,60
Ganhos em outros instrumentos financeiros	0,19	
Imputação de doações ao investimento	17,85	
Falta de aviso prévio	635,00	
<b>Total</b>	<b>25 187,97</b>	<b>22 187,52</b>

### 15.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	196,11	1 447,43
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,20
Perdas em inventários	0,00	600,71
<b>Outros Gastos</b>		
Correções de períodos anteriores	138,80	1 197,15
Donativos	0,00	164,00
Quotizações	864,65	876,08
Multas não fiscais	1 071,00	10,66
Outros	0,01	10,89
<b>Total</b>	<b>2 270,57</b>	<b>4 440,33</b>

### 15.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	3,14	0,89
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	10,00
<b>Total</b>	<b>3,14</b>	<b>10,89</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	245,65	679,78
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>245,65</b>	<b>679,78</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>242,51</b>	<b>668,89</b>



Handwritten signature and stamp in blue ink, including the word "Subscrição" written vertically.

### 15.15 Processos judiciais em curso

A Entidade não possui qualquer processo judicial em curso.

### 15.16 Impacto da pandemia COVID 19

O ano de 2020 fica marcado pela situação de pandemia e pelo surto de COVID19 que a instituição sofreu, que teve um reflexo enorme na vida da nossa Instituição e na vida daqueles que servimos e acolhemos. A nossa capacidade de resposta à pandemia foi notável, pois soubemos reinventarmo-nos adaptando a nossa estratégia de intervenção.

Mantivemos as várias respostas sociais à exceção do centro de dia, que encerrou por decreto governamental, tendo sido adaptadas as várias respostas a esta nova realidade.

A situação pandémica teve também um impacto significativo no nº de pessoas apoiada através do programa POAPMC, já que passámos de 80 pessoas apoiadas em 2019 para cerca de 200 em 2020.

A pandemia provocou uma quebra de rendimentos em cerca de 7%, devido sobretudo ao fecho do centro de dia e à diminuição do número de utentes de ERPI pela necessidade de providenciar quartos para isolamento. Esta quebra de rendimentos foi compensada pelo aumento dos subsídios recebidos, não só por parte do I.S.S., IP como de outras entidades, públicas e privadas.

Constituindo a saúde e a segurança de utentes e funcionários uma das principais prioridades da Instituição, desde muito cedo foram adotadas medidas proactivas e abrangentes de combate e prevenção à pandemia COVID-19, dando assim cumprimento a várias das medidas já previstas no nosso Plano de Contingência, nomeadamente:

- Disponibilização de álcool-gel e desinfetante de superfícies em todas as Valências;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual para todos os trabalhadores que deles necessitam;
- Uso permanente de máscara por todas as pessoas nas instalações;
- Reforço acentuado de higienização das superfícies e áreas;
- Sinalética e definição de circuitos de circulação;
- Teletrabalho sempre que as funções o permitiram;
- Criação de quartos de isolamento na Valência de ERPI.



**15.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Apesar da incerteza e dos impactos que decorrem da pandemia mundial COVID-19 em 2021, que conduziu a vários estados de emergência, não temos conhecimento de nenhum constrangimento grave que impeça a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Instituição.

Espera-se que a Instituição seja capaz de prosseguir com a sua atividade, não existindo outros eventos relevantes após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, tendo-se pelo contrário ir retomando a normalidade com a reabertura da resposta social de Centro de Dia.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela direção a 19/03/2021.

Paradas, 22 de Março de 2021

O Contabilista Certificado

Vânia Xavier

A Direção

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
 Dulce Maria Pascoal Correia  
 José Augusto Ferreira Leão  
 João Façure Rodrigues Alves